

Comentário ao artigo de Kathleen Schwartzman

1. INTRODUÇÃO

O artigo de Kathleen Schwartzman é essencialmente uma análise parcial dos governos da Primeira República (tipos; causas de demissão; cruzamento das duas variáveis anteriores; duração dos governos segundo os tipos; as três variáveis anteriores são ventiladas por períodos quinquenais).

A análise dos governos é precedida por breves considerações gerais sobre a Primeira República e seguida pela proposta de algumas pistas de investigação decorrentes da investigação relatada no artigo em questão.

Nos três pontos seguintes comentarei, sucessivamente, estes dois pontos. Mas começarei pela análise dos governos e referir-me-ei brevemente à metodologia.

2. O ESTUDO DOS GOVERNOS

Uma *questão prévia* limita o interesse das conclusões alcançadas. A autora não publica uma lista nominativa dos governos e a sua distribuição pelos tipos que escolheu; segue idêntico procedimento para as causas do fim dos governos. Ora não se trata de aplicar pacificamente uma dada grelha de análise: em relação a várias situações governamentais existe controvérsia; e a maioria delas está mal estudada. Por vezes, a autora afasta-se, sem justificação aparente, da opinião dominante: assim, por exemplo, sabemos pelo quadro 7 que não teria havido intervenção presidencial no fim dos governos entre 1911 e 1915, quando é pacífico que o presidente Arriaga forçou a demissão de Afonso Costa e de Alexandre Braga (cf., por todos, A. H. de Oliveira Marques, *História da 1.ª República*, pp. 355 e 430). Um lugar paralelo ocorre no último quinquénio com a presidência António José de Almeida, cuja acção governativa é apresentada como nula (cf. de novo quadro n.º 7). A utilização da grelha não é, portanto, pacífica e os dados apresentados não permitem falsificar a classificação produzida.

A autora considera 5 *tipos de governo*: de partido, militares, independentes, de concentração e de coligação. Esta tipologia merece alguns comentários. Em primeiro lugar, a definição de governo militar inclui *a priori* tanto os resultantes do funcionamento do regime parlamentar como os saídos de um golpe de Estado militar: esta mistura pode ser interessante se se quiser saber da participação dos militares no poder numa

perspectiva de longo prazo, mas não ajudará a compreender o funcionamento das instituições da Primeira República enquanto tal. Esta observação só será pertinente caso tenha havido governos cujos membros eram «todos ou quase todos» militares e que não proviessem de um golpe de Estado.

Em segundo lugar, a tipologia segue a terminologia corrente na época, falando em governos de concentração (embora em sentido mais limitativo), que opõe a governos de coligação: seria interessante ter em conta os resultados da teoria das coligações, não ficando por esta oposição elementar e, aparentemente, pouco produtiva (apenas 3 casos de concentração contra 21 coligações). Em terceiro lugar, seria desejável que a tipologia adoptada permitisse comparações internacionais, o que creio não ser possível. Entre as várias obras que poderiam ser utilizadas, ocorre lembrar as de Von Beyme e as de J. C. Colliard (Universidade de Paris I). O requisito da comparabilidade aplica-se também às causas do fim dos governos.

As causas do fim dos governos suscitam mais problemas. Em primeiro lugar, a autora não tem em conta as eleições, que deveriam ter sido consideradas, ainda que finalmente se afirmasse que não tinham provocado o fim de nenhum governo. Esta emissão não me parece casual, antes se liga à metodologia utilizada. Em segundo lugar, a autora estabelece uma escala hierarquizada (implícita) das causas do fim dos governos: 1.^a levantamento popular; 2.^a golpe militar; 3.^a moção de desconfiança; 4.^a acção do presidente; 5.^a oferta de demissão. É o que resulta da hierarquização dos factores múltiplos. Essa escala tem muito que se lhe diga. Não é clara a razão da hierarquia (se uma moção de desconfiança coincide com um golpe militar, porquê valorizar este)? Por outro lado, os dois primeiros motivos não são institucionais, ao contrário dos três últimos. Significa isto que, excepto quando a insurreição popular culmina em instituições revolucionárias ou o golpe militar impede o funcionamento das anteriores instituições, a influência das causas não institucionais tem de ser mediada pelo funcionamento das anteriores instituições (assembleia, governo, presidente). As causas não se colocam no mesmo plano da prática social. A hierarquização delas pressupõe a explicitação da articulação entre estes vários tipos de práticas sociais.

Explicitando: frente a um levantamento popular antigovernamental, as instituições têm de escolher entre manter ou demitir o governo; demitindo-o, intervêm no processo político (o que daria uma duplicação nos quadros estatísticos) e fazem-no de forma identificável porque processual. Esta hierarquização, que privilegia o social, ao contrário do que parece ser a *démarche* da autora, dispensa-a de pôr a questão: em que momento da vida das instituições parlamentares deixam estas de controlar a vida social, em que momento atingem o *plafond* crítico de não funcionamento?

Em terceiro lugar, e em consequência do anterior, não se sabe exactamente o que valem as categorias (nem como foram aplicadas), nomeadamente a última, a oferta de demissão (*resignation*). A categoria moção de desconfiança só será não residual se corresponder exclusivamente a moções de desconfiança efectivamente aprovadas com exclusão de qualquer outra votação parlamentar. É o que julgo que sucede, se bem que pareça anómalo que, ao contrário de outros regimes parlamentares coetâneos, nenhum governo da Primeira República Portuguesa tenha caído em consequência de um voto que considerava importante, mas que não era constitucionalmente uma questão de confiança. Como, para mais, um quinto dos governos

terminam desta forma residual, é de crer que as categorias não sejam suficientemente finas para darem conta da realidade política.

As *conclusões* são de alcance heterogéneo. Algumas afiguram-se pouco inovadoras, embora formuladas de forma diferente da habitual: dizer, por exemplo, que os golpes militares se dirigiam preferencialmente contra governos partidários e que os levantamentos populares se dirigiam contra os governos militares é, quanto ao essencial, outra forma de dizer que as forças armadas nunca viram com bons olhos os governos do Partido Democrático (ou PRP) e que o povo lisboeta (autor da maioria dos levantamentos) preferia, apesar de tudo, não ser governado por militares. As conclusões mais seguras referem-se à diminuição da longevidade governamental ao longo do período estudado.

3. METODOLOGIA E CONSIDERAÇÕES SOBRE A 1.^a REPÚBLICA

A metodologia adoptada parece enfermar de uma falta principal: a noção de maioria, eleitoral e/ou parlamentar, homogénea ou de coligação. Por outro lado, certos instrumentos de análise do quadro parlamentar não são também utilizados: número de partidos representados no Parlamento; índice de fraccionamento parlamentar de Rae; percentagem de mandatos parlamentares detidos pelos partidos representados no governo; antecedentes do primeiro-ministro e posicionamento do partido deste, entre outros.

A explicação oferecida para a crise da Primeira República é excessivamente simples e baseada exclusivamente numa citação do político conservador José Relvas e numa citação de Oliveira Marques. Esta explicação corresponde, antes de tudo, à imagem que a propaganda do regime anterior oferecia, embora não se limite a ela, e ganharia em ser confrontada com a literatura recente (Villaverde Cabral, F. Medeiros, César de Oliveira, Pacheco Pereira, António J. Telo, V. Pulido Valente, D. Wheeler, entre outros). É certo que estes autores têm privilegiado a influência social sobre as instituições políticas em detrimento da lógica interna destas (ao contrário da autora), mas a análise das suas conclusões permitiria apurar o modelo de explicação política.

Seria vantajoso precisar algumas das afirmações produzidas. Assim, escrever que o presidente «recebeu o poder de nomear e demitir o governo» pode sugerir uma versão presidencial da Primeira República, tão inaceitável como o lugar-comum parlamentarista.

As afirmações sobre a semelhança entre o 28 de Maio e todos os golpes militares precedentes não são justificadas.

4. AS PISTAS DE INVESTIGAÇÃO

As conclusões que parecem «contra-intuitivas» parecem assim porque a autora parte do princípio de que um partido é um partido. Esse pressuposto nominalista pode ocultar-nos o funcionamento do regime da Primeira República. De facto, não é claro se é contra-intuitivo que os governos ofereçam tão abundantemente a sua demissão ou sejam demitidos pelos mesmos deputados que três meses antes os tinham investido (o fazer e desfazer de governos no interior dos parlamentos é corrente na Europa continental no primeiro quartel do século), ou a mistura dos dois factos (e já

vimos o que valia a categoria da oferta de demissão); também não parece contra-intuitivo que uma coligação dure menos que um governo partidário.

O desenvolvimento da análise exigiria, para lá dos instrumentos analíticos acima indicados ou de outros semelhantes, a análise dos partidos políticos em causa e do papel do presidente da República.